

Reforma dá mais força a Funaro

Brasília — O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, já apoiou o capítulo fundamental da reforma ministerial que o presidente José Sarney quer pôr em prática: a criação do Ministério da Economia, com a fusão dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, tendo no comando Dílson Funaro, que sairá hiperfortalecido dessa manobra política.

O ministro João Sayad, do Planejamento, é considerado, assim, a principal baixa da reforma. Outro que deverá deixar o governo após o dia 15 de março, data marcada para as mudanças no primeiro escalão, é o presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, e o posto se prencheria com uma indicação do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso.

A criação do Ministério da Economia foi discutida entre Sarney e Ulysses no domingo no Palácio da Alvorada e mereceu o apoio do PMDB porque o presidente do partido acha que as divergências entre Funaro e Sayad são inadmissíveis e só servem para enfraquecer o governo. Ulysses e Sarney acham que apenas um dos ministros deve encarnar a política econômica e o preferido de ambos é Funaro.

O novo Ministério da Economia contraria todos os poderes de gestão da política econômica e incorporaria órgãos

importantes da Seplan, como BNDES, Sest e IBGE. A Seplan ficaria resumida praticamente ao Instituto de Planejamento Econômico e Social-Ipea. O principal objetivo da mudança seria encerrar a dualidade de comando na economia.

Sayad, contudo, não pretende deixar o governo mantendo o silêncio que marcou até agora todas as suas derrotas para a equipe da fazenda. Ele prepara em São Paulo, de onde sairá na segunda-feira para Brasília, um documento crítico sobre a situação da economia, que está sendo conhecido no governo como sua "carta-testamento". Apesar disso, tem mantido contato frequente pelo telefone com Sarney, que se preocupa com sua saúde, pois Sayad deixou recentemente o hospital após tratamento de meningite.

O ministro teria conseguido estímulo de Sarney para preparar uma nova legislação que trate da correção de salários e preços, de forma a ser submetida pelo governo ao Congresso. A concentração de poderes nas mãos de Funaro, contudo, praticamente descarta o êxito de tal alternativa. O ministro da Economia ganharia, com isso, uma espécie de mandato para resolver a crise econômica, que não ultrapassaria o tempo necessário para a redação da nova constituição.